



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

TERRITÓRIO USADO, ECONOMIA E PESCA ARTESANAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA PENSAR A GESTÃO URBANA

Catia Antonia da Silva (UERJ) - catia.antonio@gmail.com

Professora do Programa de Pós-graduação em História Social e do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - coordena o grupo de pesquisa: Urbano, Território e Mudanças contemporâneas

TERRITÓRIO USADO, ECONOMIA E PESCA ARTESANAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA PENSAR A GESTÃO URBANA

Resumo

A Pesca artesanal é importante posto de trabalho e de economia no Brasil, destacando-se como circuito produtivo, onde na maioria das vezes o trabalhador é dono dos meios de produção: o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos constituído pelas etapas: coleta de pescado e maricultura, beneficiamento, venda a atacado e a varejo e a produção de redes, de embarcações, concerto de redes e embarcações. Muito antiga, tem origem nas técnicas indígenas, nas técnicas portuguesas e espanholas de navegar, pescar e produzir redes e de elaborar embarcações, remetando a atividade aos antecedentes do período colonial. Experimenta a contradição do modo capitalista: a modernização do território. Sobretudo nas principais áreas metropolitanas os pescadores artesanais tem vivido a crise engendrada pela modernização e desenvolvimento industrial, causando o conflito de usos e a poluição ambiental que é para a atividade uma das forças produtivas. O presente trabalho procura contribuir para a análise dos usos do território e a instauração dos conflitos, apontando como exemplo a pesca artesanal na Baía de Guanabara.

Introdução

A atividade da pesca artesanal passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado. Na Primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada em 1891, já apontava a Marinha como o primeiro braço institucional do Estado a regionalizar, regulamentar a atividade e a institucionalizar as colônias de pescadores e as federações estaduais de pesca, sendo considerada como trabalho livre. No século XIX, durante o império, é importante ressaltar que a atividade da pesca contribui para ser um dos braços do Estado no domínio, ocupação e proteção do litoral Brasil (RESENDE, 2010). Em 1919, a Marinha Brasileira cria as “Zonas de Pesca”, núcleos de pescadores levando em conta

quantidade e distância em todas as sedes mapeada que já tinham a tradição de ser chamadas de “Colônia de pescadores”. Em 1926, a atividade passa para responsabilidade do Ministério da Agricultura e mais recentemente, em 2003 que é criado o Ministério da Pesca. Desde a implementação da industrialização brasileira, a atividade da pesca também passa por um processo de especialização e de divisão social do trabalho, criando-se a pesca industrial, a aquicultura, a pesca amadora e a pesca artesanal. Com o processo de modernização do território nacional, a pesca, sobretudo a artesanal, que se realiza próximo a costa litorânea, nas áreas de rios e nas áreas de lagos tem sofrido com a redução das áreas de pesca por pressão legal dada pela instalação dos novos empreendimentos e pelo impacto ambiental dos mesmos. O processo ampliado e desordenado da urbanização, com construção de domicílios com falta de saneamento básico ou a falta de coleta de resíduos sólidos ou, ainda, a falta de aterros sanitários adequados, o processo de poluição tem alterado profundamente a qualidade do trabalho dos pescadores artesanais e dos maricultores. O presente trabalho tem como finalidade apresentar aos leitores do campo de planejamento urbano e regional e áreas afins, a problemática da atividade da pesca artesanal, buscando sensibilizar para o reconhecimento da totalidade do território, ou seja, como espaço de todos, o que significa rever a leitura da gestão do território e da produção social do espaço, incluindo as formas simples de trabalho, as superfícies aquáticas e a história dos lugares.

A atividade da pesca segundo a normatização brasileira

De acordo com a LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. No Artigo 4º dessa lei, a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Desse modo, conformando o circuito produtivo da pesca artesanal. Vale ressaltar que no Artigo 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como atividade comercial, seguindo dois tipos: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte e extraindo no máximo 10 toneladas mensal; e b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados assalariados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando

embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial extraindo mensalmente mais de 10 toneladas.

As embarcações da pesca artesanal também são normatizadas pela Lei no 11.959, são aquelas que, permissionadas e registradas perante as autoridades competentes, na forma da normatização específica. No Parágrafo 3º da citada Lei, para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal, e o parágrafo 4º ressalta que a embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação. No parágrafo 5º, por sua vez, especifica que é permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

A legislação que regulamenta a pesca artesanal é construída de acordo com a compreensão e os limites da modernização do setor, por isso que a normatização acaba contribuindo para a manutenção da tradição das forças produtivas, das técnicas na pesca artesanal e das condições de trabalho do pescador que remonta as bases mais antigas. Seus trabalhadores e empreendedores, em geral, têm baixa escolaridade, baixa renda e vivem em condições de vulnerabilidade e de precariedade. Assim a pesca artesanal apesar de seu reconhecimento junto ao Estado como atividade econômica e posto de trabalho vive nos limites da formalidade/informalidade, isto deve-se a vários fatores que vale a pena desvelar ao longo dessa pesquisa, tais como: dificuldade de modernizar o setor, a atividade e os negócios; dificuldade de infra-estrutura de armazenamento e de abastecimento do pescado e dos frutos do mar, dificuldades de vender no mercado ampliado (atacado). A precariedade de seu produto e a dificuldade de organizar seu negócio tornam os pescadores vulneráveis negociantes, por isso, a atividade vive atrelada às mãos dos “atravessadores”ⁱ. A estrutura da atividade ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do Barco, em geral a atividade é familiar, os parceiros são em geral familiares ou com algum grau de parentesco na comunidade. Não se tem carteira assinada e as relações de trabalho são de parceria e meeiro.

Apesar da pesca artesanal se responsável pela grande maioria da produção no mercado nacional, em geral e no mercado fluminense, em particular, atingindo mais de 50% da produção, a atividade vêm passando por forte processo de crise que tem acelerado sua precarização, apesar do quadro de lutas de seus trabalhadores, e a reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor.

Do ponto de vista de sua estruturação, a pesca artesanal tem características diferenciadas de estrutura e de trabalho, tornando-se núcleos bastante dispersos. Tais núcleos (comunidades – locais de casa e trabalho; pontos de embarque, locais de pequenas vendas) constituem-se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos, principalmenteⁱⁱ, pela área litorânea sem formarem, contudo, um centro de importância econômica regional, que facilitaria o escoamento da produção. Essas comunidades utilizam em sua maioria pequenos barcos alguns movidos somente a remo que denominam de caíque e outros que preferem chamar de pequenos barcos a motores (uma versão dos caíques adaptados com motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo).

Tem se, também, os barcos de médio e grande porte que para serem considerados de pesca artesanal devem ter sua capacidade máxima de 10 toneladas de pescado transportando no máximo 10 pescadores e a relação de trabalho e de parceria tanto nos lucros quanto no prejuízo. Em sua maioria a atividade artesanal se concentra na pesca da sardinha e do camarão, pois possuem um bom valor de mercado e consumidores certos. Mas também se encontra outros barcos especializados na pesca de arrasto (mas conhecidos como traineiras) que retiram do mar tipos de peixes tais como: tainhas, corvinotas, robalo, dourado, entre outros.

O mercado da pesca e aqüicultura na área metropolitana do Rio de Janeiro é disputado por grandes mercadores, com produtos no campo da pesca industrial e da aqüicultura que vem de outras regiões fluminenses (Cabo Frio, por exemplo), outros estados da federação e de outros países é um mercado dominado por esses mercadores e que tem um formato globalizado. No entanto, parte da produção da pesca artesanal vai para o grande mercado, dominado principalmente pela CEASA, e levado pelos atravessadores e a outra parte é vendida por intermédio dos parentes e amigos dos pescadores em algumas feiras, sobretudo nos bairros populares, em alguns bares e restaurantes.

No contexto do território, a compreensão da atividade pesqueira nos ajuda a pensar os usos do território, o sentido e o significado da economia, esta articulada aos interesses políticos, as ajustes entre grupos sociais, ou seja, a relação societal, a economia política do território onde a gestão governamental e o próprio Estado tornam-se campo de disputa e de disposição de projetos e de interesses em conflitos. Nas linhas a seguir vamos apresentar a problemática conceitual: território e economia política.

Economia política do território: Desafio de método

No aprofundamento analítico e compreensivo do conceito de território tem se tornado cada vez mais importante para explicar fenômenos do tempo presente, porque o conceito

que tem origem na geografia Clássica, na Alemanha, com Frederic Ratzel. Conforme MORAES (2005, p.67), "A geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado Alemão recém-constituído", sendo de grande importância entender a Geografia ratzeliana para buscar melhor compreensão do espaço, e se ter uma ferramenta de grande apoio para expansão territorial. A existência de uma sociedade está representada em território, ou seja, para Ratzel a perda de território aponta a decadência de uma sociedade, e para a sociedade progredir, avançar, ela precisaria conquistar novas terras (RATZEL, 1990, p.180), com base nessa idéia, os ideais bismarckianos são justificados pela geografia ratzeliana.

Recentemente, em novembro de 2010, com o advento do enfrentamento contra o narcotráfico pelas polícias civil, militar, BOPE e Exército do Morro do Alemão, na Cidade do Rio de Janeiro sob a leitura militar, aparece na mídia e na fala das autoridades públicas o termo "tomar o território", tornando-se categoria operacional, ouvimos muito das autoridades de segurança o termo tomar o território, retomar o território, devolver o território ao Estado ao Estado, numa compreensão militar e de domínio sobre a espacialidade, sobre sociedade, as outras formas de poder. Trata-se da forma coercitiva de controle da sociedade e do espaço geográfico conforme anuncia Polantz (2000). O autor contribui ainda para identificar o território como próprio da essência do Estado, ou seja, faz parte de sua estrutura e da racionalidade técnica própria da burocracia estatal.

Por outro lado, território atualmente tem assumido multi-noções. O chamado território da cidadania, territórios culturais, vem aparecendo junto às políticas públicas federais. Desse modo, o termo quer seja nas políticas públicas, quer seja na literatura acadêmica tem se tornado cada vez mais presente e mais difuso. Dentre as conotações aparece o território como soberania de Estado, o território como elemento cultural (remetimento à memória, pertencimento), territorialidade como ações daqueles que produzem seu território, desterritorialização – aqueles que perdem seu território – mas apesar de todas as diversidades semânticas, o ideal de domínio e de poder abrangem a todas essas conotações de território. Rogério Haesbaert (2006) fala da "multiterritorialidade" incluindo as análises da fenomenologia de Deleuze; Guattari, dentre outros.

Na compreensão dos atuais processos de modernização que se realizam pela lógica econômica mas também pelas ações e normatizações do Estado, essa modernização excludente – pois ao criar inovações sociais e espaciais – excluem pessoas e instituições, desvalorizam e liquidam outras formas de trabalho. A atividade da pesca artesanal apesar de ser responsável pela contribuição alimentar e ser importante posto de trabalho, vive nos limites contraditórios e paradoxais do capitalismo. Por depender do território e das condições ambientais, a modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos nacionais e internacionais são pela sua própria natureza e segundo o modelo

de racionalidade tecnológica opositores e destruidores dessa economia extrativa e tradicional.

Em “O papel ativo da Geografia: um manifesto”, Milton Santos e sua equipe de pesquisa entregaram um texto com esse título no Encontro Nacional de Geógrafos, em 2000, Florianópolis – Santa Catarina. Trata-se de um texto que aponta para a importância de rever o método em Geografia ao problematizar o conceito de território. Para Santos et AL. (2000), a conceituação é explicação do mundo – analisa que a Geografia é considerada disciplina que mostram a compreensão das relações que se dão entre o homem e o meio, por isso considera o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas de *território usado* (utiliza sempre em itálico). O *território usado* é resultado de processo histórico quanto às base material e social das ações humanas. Trata-se de uma questão de método que reconhece a análise mais abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial.

O território usado como espaço geográfico permite uma visão mais abrangente e totalizadora da Geografia, desse modo se reconhece as ações dos grandes agentes modernizadores e as ações dos agentes não hegemônicos, mas que também produz espaço geográfico. Assim, o *território usado* permite identificar a totalidade de todos, identificando por meio do pensamento processual as relações entre lugar, formação socioespacial e mundo.

Desse modo, pensar como *espaço banal*, conduz a idéia de *espaço banal* – “o espaço de todos, todo o espaço”. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa a suas diferenças, o espaço de todas as instituições, não importa sua força, o espaço de todas as empresas, do estado, de todas as formas de poder. Para Milton Santos esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas determinações da totalidade social.

Com os pressupostos dos conceitos *território usado* e *espaço banal*, diz Santos et. AL. (2000) é possível pensar a trama de relações dos conceitos operacionais à Geografia. a riqueza da Geografia consiste em poder pensar a um só tempo os objetos, a materialidade e as ações – a sociedade e os mútuos condicionamentos entretrecidos com o movimento da história. A importância de retomar a análise da totalidade, este é o desafios proposto por Milton Santos.

A compreensão de totalidade, como orientação metodológica sobre o conceito de território, nos aproxima ao conceito analítico de Economia política. Segundo a Literatura Economia política foi um termo originalmente introduzido por Antonie de Montchrétien em 1615, e utilizado para o estudo das relações de produção, especialmente entre as três classes principais da sociedade capitalista ou burguesa: capitalistas, proletários e latifundiários. Em contraposição com as teorias do mercantilismo, e, posteriormente, da fisiocracia, nas quais o comércio e a terra, respectivamente, eram vistos como a origem de

toda a riqueza. O debate sobre a economia política, enquanto debate do papel da ciência e da filosofia no entendimento da produção da riqueza expande-se pela Europa (Inglaterra, França e Alemanha), buscando os princípios fundamentais da produção do valor, da renda e do trabalho. de acordo com a literatura, Adam Smith com o estudo da teoria do valor-trabalho, segundo a qual o trabalho é a fonte real do valor. Foi um dos primeiros a modernizar o campo econômico, formatando-o na linguagem mais aprofundada do papel da Economia na compreensão de mundo capitalista (LUXEMBURG,1970; HUNT, 1989). Jean-Baptiste Say (1880) aponta em seu trabalho *'A treatise on political economy; or The production, distribution, and consumption of wealth'* a dinâmica das atividades da economia problematizando as ações e interferências das legislações estatais na lógica de mercado.

O aprofundamento nos estudos da recente ciência econômica, ao longo do século XIX, fez com que o termo economia política fosse paulatinamente trocado pelo termo economia, usado por aqueles que buscavam abandonar a visão classista da sociedade, repensando-a pelo enfoque matemático, axiomático e valorizador dos estudos econômicos atuais e que concebiam o valor originado na utilidade que o bem gerava no indivíduo (LUXEMBURG,1970; HUNT, 1989)

Rosa de Luxemburgo (1970) no seu livro *Introduction à l'économie politique*, 1925, aponta para o debate complexo entre diversos autores no século XIX sobre o significado do termo economia política como possibilidade de pensar a história econômica no engendramento do modo de produção capitalista e sua superação. Apoiada na análise de Marx e de Engels, identifica a economia política como um campo científico, um campo filosófico a ser pensado no campo das idéias sobre as grandes mudanças econômicas, sociais, políticas que ocorrem a partir do Século XVIII, mas sobretudo no Século XIX.

Entretanto Luxemburgo (1970), ao fazer referências à Marx, demonstra que na criação do campo de um pensamento crítico sobre a doutrina economia política, incluindo a necessária compreensão do modo de produção capitalista, reconhecendo a dimensão do método materialismo histórico como fundamental para a compreensão das formas de produção da riqueza e sua base fundamentada nas formas de dominação de uma classe social sobre outra.

Assim, se a economia política clássica que operava com as expressões da vida comercial e industrial *stricto sensu*. Marx faz forte crítica ao ideal dessa economia, pois restringe a mera compreensão das relações econômicas (lucro e a renda). Propõe junto com Engels uma economia política que reconheça as relações sociais no processo de produção industrial e de transformação da natureza, o que significa pensar a totalidade da formação social e econômica, a história social, as formas de luta entre classes, do desafio das utopias e o enfrentamento das ideologias. E sobretudo, o método dialético materialista, onde a compreensão tenha como ponto de partida a inserção ao mundo da vida, a

explicação da sociedade e da história, buscando compreender as transformações latentes do Capitalismo do Século XIX (MARX, 1989). Assim, a dimensão política alcançada pelo capitalismo por meio das revoluções burguesas, dos formatos normativos, dos conflitos e interesses no seio do Estado, das formas de imposição ideológicas (moral e ética própria da modernidade), que atravessa o chão da indústria e se localiza nas relações de trabalho e nas relações de reprodução social (a religião, as prisões, o militarismo, assistência pública. As formas de reprodução social capitalista são partes constituinte da economia política (LUXEMBURG, 1970, MARX, 1990, HARVEY, 1990, 2004)

O conceito e proposta metodológica de Marx (1989, 1990), Engels (2000) e Luxemburg (1970) no século XIX ganha nova vida e nos ajuda a compreender que no Século XXI a economia não anda sozinha, não é um ente independente das relações sociais, ela contém em si todas as dimensões da sociedade e, historicamente, da sociedade capitalista, que se pauta pela modernização, produção da modernidade efêmera e fugidia (Giddens, 1992). A compreensão da economia política remete, a partir do método da totalidade, o reconhecimento dos usos e dos conflitos criados a partir dos usos de múltiplos agentes cada qual com seus interesses, projetos em disputas, que a afirmação de um pode significar a destruição do outros. Esta é a natureza da contradição capitalista, dominada pela ideologia do desenvolvimento e sua produção material na escala global.

Com o advento da expansão global do capitalismo e a superprodução de mercadorias e onde tudo se transforma em mercadoria o território torna-se elemento muito importante, como forma de domínio e como sistemas de ações e sistemas de objetos (espaço geográfico), identificado na produção, circulação e consumo. Desse modo, o território usado é o próprio meio técnico-científico informacional que em contextos metropolitanos, ganha dimensão e vitalidade devido aos múltiplos usos e, sobretudo, a disputa de uso. A modernização ainda orientada pela modernidade busca as rupturas e nega a história dos homens comuns. Desse modo também parece negar a vida, trabalho e história dos pescadores. É uma racionalidade que quer ser dominante e com isso arrasa a história dos lugares. O conflito se estabelece, perigos da sociedade global conforme já anunciava Otavio Ianni (2000), imposta pelos globalitarismos (identificação de Milton Santos, 2000b, que em nome da economia, do estímulo sem precedentes ao consumo e da imposição a racionalidade tecnocrática, nega os outros agentes. As formas de dominação se realizam pela disputa de projetos e, também, pela estética e pela publicidade, desse modo a chamada responsabilidade social e ambiental das grandes empresas não passa na maioria das vezes de um investimento pela imagem da empresa sem se preocupar de fato na atuação àqueles que sofrem negativamente com os impactos da produção e da circulação (LATOUCHE, 1996, 1999, 2003, 2004 1975).

A economia política, então, nos ajuda a pensar a natureza dos processos sociais, das forças produtivas e dos projetos e ações em disputas. A pesca artesanal pela sua tradição é pensada como um trampolim, uma atividade tradicional a ser extinta por ser aparentemente produção não capitalista. Na verdade, em contextos do Século XIX e de toda a mutação implementada pelo pós-fordismo, pós-modernismo e pelo crescimento da flexibilização e da crise sucessivas do capitalismo, reconhece-se cada vez mais a importância das atividades tradicionais como referências não apenas de identidade e pertencimento, mais de trabalho, de economia, de construção de sociabilidade e vida coletiva, numa constatação de que o modo de produção capitalista passa cada vez mais a conviver e a necessitar de outras formas de produzir. Por isso, ao invés da pesca artesanal desaparecer no território brasileiro, tende a crescer e incorporar mais trabalhadores em pleno contexto de desemprego estrutural. A economia política, portanto, nos ajuda a compreender as relações sociais e as formas de apropriação do espaço e dos recursos (humanos, naturais, saberes, etc.). A economia política do território permite identificar a totalidade em que se inscrevem as relações econômicas (a disputa por território, os projetos em disputas, as ações diversas e as práticas do Estado, as articulações que são políticas entre os agentes).

Com a orientação do conceito de Território, *território usado*, é possível instrumentalizar teoricamente e metodologicamente a compreensão da produção social do espaço, identificando não somente os grandes agentes transformadores do espaço, mas também como esses agentes destroem a história dos lugares, impedem e limitam outras economias territorialmente criadas – os sítios no sentido de Hossan (2006), MASSEY (1996, 1994, 1994b), LATOUCHE (2004b) A economia política do território contribui assim para pensar a metrópole, identificando a vida coletiva, a complexidade e a diversidade da vida metropolitana. A diversidade metropolitana ampliando-se devido a ampliação das ações e do número de agentes econômicos e suas agendas políticas e as resultantes conformando em conflitos nos lugares.

Baía de Guanabara: um exemplo de território usado

A Baía da Guanabara é palco de diferentes usos. O Porto do Rio com 7 Km de ocupação litorânea, os navios de grande porte que entram e saem, as áreas da Marinha, as industriais navais, a Ponte Rio-Niterói, construída na década de 1970, a circulação de transporte coletivo (Barcas S. A), indústrias de beneficiamento do petróleo destacando a Petrobras e a pesca artesanal.

A pesca artesanal tem características diferenciadas de estrutura e de trabalho, tornando-se núcleos bastante dispersos na Baía. Tais núcleos (comunidades) constituem-

se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos pela área litorânea. Tais núcleos são demarcados pelas Colônias de pescadores (reconhecidas institucionalmente abaixo da Federação - FEPERJ), na Baía são cinco Colônias Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro).

Essas comunidades residentes na Baía de Guanabara utilizam, em sua maioria, pequenos barcos alguns movidos somente a remo que denominam de caíque - pequenos barcos a motores - uma versão dos caíques adaptados com motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo.

Devemos identificar que a Baía de Guanabara localiza-se na metrópole do Rio de Janeiro, a segunda maior área aglomerada em população e atividades , área de concentração de atividades e de população em um aglomerado urbano, tendo como centro um município maior receptor de modernização, denominado de município-núcleo, em geral, capital do estado. A metropolização é processo que resulta na vida cotidiana econômica, social entre municípios, circulação de pessoas, de mercadorias e de idéias, criando a cooperação metropolitana entre os municípios ainda que em condições muito desiguais entre eles.

No que se refere à industrialização na área metropolitana em relação ao Estado do Rio de Janeiro pode-se destacar que teve, inicialmente, e tem até hoje, forte concentração nesta região ou seja, a maior parte das indústrias do Estado encontra-se nesta região, formando um parque industrial (petroquímica, indústria naval, etc.) e outro de serviços muito diversificados (atividades financeiras, comerciais, educacionais e de saúde, turismo). Além do crescimento populacional e dos milhares de domicílios sem adequação a rede geral de esgotamento sanitário e tratamento do lixo, por conseguinte, desembocando esgoto sanitário sem nenhum tipo de tratamento e grande quantidade de resíduos sólidos nos rios e baías (SILVA, 2006, SILVA, 2010).

A Bacia de Campos é a área predominante de extração de petróleo no Estado do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana cumpre o papel de diversificação industrial nos setores de transformação, de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública. Destaca-se também pelo fato da cidade do Rio de Janeiro abrigar sedes de várias empresas públicas, estatais e empresas privadas nas áreas de indústria, comércio e serviços, conformando as relações sociais necessárias da concentração e da centralização da produção, o que permite a intercomunicabilidade, ou seja, o chamado “burburinho” citado por Stoper & Venables (2005), que estruturam a relação entre forma organizacional, qualificação da mão de obra e inovação administrativa e tecnológica. Neste processo de ampliação da lucratividade e da produtividade, a relação da industrialização com a metrópole é diversa.

Por vezes, a aglomeração pode ser um empecilho à ampliação da produtividade – às “deseconomias de aglomeração”. Entretanto, noutras vezes é a aglomeração que permite o “burburinho”, ou seja, as formas de sociabilidades e centralidades de massa intelectual que permite o avanço da inovação produtiva de acordo com as orientações de Stoper & Venables (2005). A centralidade realiza-se, assim, devido à necessidade de reduzir o custo da instalação das infra-estruturas, apoiando-se na superposição das técnicas. Este é o caso da reestruturação produtiva da indústria petroquímica na Baía de Guanabara. Os investimentos em pesquisa em energia e petroquímica se multiplicam com a ampliação do CENPES no campus da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, amplia-se, também, o número de prédios de administração, comunicação e controle da PETROBRAS no centro da Cidade do Rio de Janeiro e a instalação das redes técnicas de produção e transporte de gás e óleo petroquímicos ligados à REDUC e à Bacia de Campos, em Macaé. Vale ressaltar ainda a interação dessa reestruturação com as vulnerabilidades urbanas.

É nesse contexto histórico de mutações sociais e espaciais ligados à industrialização e à urbanização, conformando o território metropolitano do Rio de Janeiro que Baía de Guanabara teve a intensificação de seu uso, consolidando, assim, a expansão metropolitana fluminense nos limites territoriais atuais. Na década de 1970, passou por diversas modernizações: ampliação do Porto do Rio de Janeiro, criação da Ponte-Rio Niterói (1975), instalação da indústria naval, instalação de rodovias federais, destacando a BR 101, implantação da indústria petroquímica em Duque de Caxias (Refinaria de Duque de Caxias - REDUC- PETROBRAS. Mais recentemente em meados dos anos 2000 um novo processo de modernização realizado principalmente pela PETROBRAS vem acontecendo na Baía de Guanabara. Entre elas destaca-se: o COMPERJ – complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o GNL – Terminal de Gás Liquefeito. A criação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí, tem com previsão de funcionamento em 2012. As obras já iniciaram e com elas também o forte burburinho das prefeituras que estão na área de influência do empreendimento: São Gonçalo, Itaboraí Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Silva Jardim, Tanguá , Teresópolis e Saquarema, que criaram o CONLESTE - Consórcio Municipal do Leste Fluminense, sob responsabilidade das prefeituras. Segundo a PETROBRAS o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é o maior investimento individual da história da companhia. Segundo o coordenador de implantação do projeto, José Ribeiro Ayres, o orçamento pode subir de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 20 bilhões, caso o desenvolvimento do mercado de resinas plásticas justifique essa revisão. Ele disse que, sendo aprovada a ampliação poderia ocorrer após os cinco primeiros anos de operação (PETROBRAS & MINERAL, 2007). Para a PETROBRAS o COMPERJ faz parte de um grande plano de ampliação do parque de refino da estatal, que inclui ainda mais três

grandes refinarias, a de Pernambuco e a do Ceará. (PETROBRAS & MINERAL). E mais: Segundo o projeto original, o COMPERJ terá capacidade para transformar 150 mil barris de petróleo em matéria-prima para a indústria petroquímica por dia. A unidade vai processar petróleo pesado da Bacia de Campos. O projeto elaborado pela PETROBRAS prevê a instalação de até oito unidades de transformação das resinas no entorno do empreendimento principal, que será instalado em Itaboraí, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PETROBRAS & MINERAL, 2007), o que significa a ampliação da estrutura industrial, envolvendo além da própria empresa várias outras de peças, acessórios, atividades administrativas, comerciais e de serviços. Ainda no contexto da reestruturação produtiva da petroquímica na metrópole fluminense, na segunda metade da década de 2000, a Baía de Guanabara, território aquático, localizado no coração da metrópole fluminense vive um novo processo de modernização marcado por dois grandes vetores de investimentos: 1. a indústria naval que havia entrado em crise nas décadas de 1980 e 1990, retoma, atualmente, com grande força, por meio de novas indústrias e da ampliação da planta fabril para além das águas da Baía e; 2. a reestruturação produtiva e logística industrial do Petróleo realizado pela PETROBRAS, por meio da Instalação do Terminal de Gás Natural Liquefeito em duas Ilhas (a Comprida e a Redonda), iniciada em 2007 (parte está em funcionamento e parte em construção) e a ampliação da REDUC.

O empreendimento "Instalações do Terminal da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara", aqui chamado simplesmente de Projeto GLP, faz parte do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangas) do Governo Federal. Esse Plano foi criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), devido à situação instável em que se encontrava o setor de gás nacional, e devido ao objetivo de diminuir os riscos associados ao fornecimento de gás da Bolívia. Portanto, trata-se de um esforço nacional para antecipar projetos de produção de gás natural na Região Sudeste. Esse esforço está alinhado ao Plano de Negócios 2007-2011 da PETROBRAS, que envolve as áreas de Exploração e Produção (E&P), Gás e Energia e Abastecimento, além da Engenharia, CENPES e Transpetro. A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS tem como objetivo efetuar a instalação do novo Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, assim como adaptações no Terminal Aquaviário de Ilha Redonda existente, visando o aumento da sua capacidade de escoamento de GLP. Também faz parte desse empreendimento a instalação de dois dutos de interligação com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). As instalações do Terminal da Ilha Comprida permitirão o armazenamento e o escoamento, através de navios, do GLP produzido nas unidades de processamento do Terminal de Cabiúnas (TECAB) e da REDUC, a partir do processamento do gás natural dos campos da Bacia de Campos. Desse modo, será disponibilizado o GLP para as demais

regiões do Brasil e ainda será possível a exportação dos excedentes (PETROBRAS & MINERAL, 2007).

Terminal de Gás Ilha Redonda já está em funcionamento e o da Ilha Comprida encontra-se em construção. A grande área de influencia e de produção de dutos, cortando o fundo da Baía de Guanabara e a área continental pelos municípios de Duque de Caxias em direção á REDUC atingindo Magé, Itaboraí, Guapimirim e São Gonçalo. No entanto esta figura não apresenta o planejamento da localização geográfica dos dutos, por terra e via aquática nos municípios de Magé, cortando, por exemplo, o Rio Suruí, passando também por Guapimirim, inclusive na área de proteção ambiental da APA de Guapimirim, por Itaboraí. Este eixo Magé-Guapimirim-Itaboraí é para articular-se estruturalmente ao COMPERJ e aos empreendimentos petrolíferos da Bacia de campos. Trata-se, portanto, da segunda maior estruturação petrolífera na história da metrópole fluminense e da Baía de Guanabara em particular. E desde o início das obras de instalação tem impactado socialmente e espacialmente. Neste processo de modernização, os pescadores de Magé foram os mais prejudicados porque tiveram de parar, por várias vezes, a atividade de navegação e de pesca nos rios e no litoral locais das mediações das obras.

Algumas considerações finais

Os parágrafos antecedentes apontaram o processo recente de modernização industrial na metrópole do Rio de Janeiro na vertente da Baía de Guanabara, mas o processo de modernização intensifica-se também na direção da baía de Sepetiba. Em ambas as baías existem milhares de pescadores artesanais e maricultores. Só na Baía de Guanabara são 42 pontos de embarque e desembarque da atividade da pesca artesanal. Quando apontamos para a compreensão da precarização das forças produtivas da pesca artesanal, lá está também as condições ambientais e as condições de navegação, pesca e moradia. As comunidades de pescadores localizam-se em geral em áreas ribeirinhas e com forte pressão da urbanização, que seja, pelo crescimento da favelização, quer seja pelo crescimento das plantas fabris dos grandes empreendimentos. A cada empreendimento reduz-se a área de pesca e de navegação, segundo a orientação da Marinha do Brasil que controla as área de “contenção de pesca”, a partir das atualizações anuais das cartas náuticas e das legislações marítimas.

Desse modo, elaborar estudos minuciosos sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal e as condições do trabalho, nesse contexto de forte metropolização, industrialização e novo *boom* de desenvolvimento nacional pelo qual o Estado do Rio de Janeiro e a metrópole vêm passando, tornam-se de extrema importância para a produção científica geográfica e para a gestão do território, no sentido de repensar para o planejamento urbano e regional, alguns

conceitos como: modernização, território e economia e de grande importância para apontar e contribuir na compreensão de fenômenos sociais e de apoio às políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro para o setor da pesca artesanal, visto que apesar de ser antiga as formas institucionais, são muito escassos e imprecisos os estudos sobre as características da atividade, da cadeia produtiva e da condição do trabalhadores da pesca artesanal, o que impede realização de políticas mais eficazes para o setor no espaço fluminense. A maioria dos estudos concentram-se na área da pesca industrial, da biodiversidade marinha e do mercado pesqueiro, o que envolve o circuito ampliado da pesca, incluindo atividades de pesca de outras regiões brasileiras e de outros países, sendo o mercado metropolitano fluminense um pólo internacional, com a presença de pescado como o Salmão do atlântico proveniente do Chile, dentre outros (BARROSO & WIEFELS, 2010). Assim do ponto de vista econômico se conhece bem o mercado pesqueiro e o circuito da pesca industrial metropolitanos. A aquicultura é pouco expressiva. No entanto, a pesca artesanal é muito expressiva, envolve mais de 20.000 trabalhadores (pescadores e coletores), mas encontra-se ainda pouco conhecida e analisada, conforme apontam as instituições como os presidentes de colônias de pescadores e as FEPERJ (Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro) e o Diretor da FIPERJ (Fundação Estadual de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – Governo do Estado).

Referencias Bibliográficas

BARROSO, Renata M. & WIEFELS, Alexandre C. O mercado de pescado da Região metropolitana do Rio de Janeiro – 2010. *INFOPECSA – Proyecto Mejoramiento Del acceso a los mercados de productos pesqueros y acuícolas de La Amazonia*. Brasil, Peru e Colômbia. Número especial, 2010. ISSN: 1688-7085.

BREYER, Friedrich. "The Political Economy of Intergenerational Redistribution," *European Journal of Political Economy*, 10(1), , pp. 61-84. 1994,.

ENGELS. Friedrich. *Dialética da natureza*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 6ª edição.

GALAFASSI, Guido. *Natureza, sociedade y alienacion*. Montevideo: Nordan, 2005

GUIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª Ed., 395p.

HARVEY, David. *Justice, nature and the Geography of difference*. New York: Oxford, 1996.

HARVEY, David; *A condição pós-moderna*; São Paulo: Editora Loyola, 1998.

HUNT, E. K.. *História do pensamento econômico*. tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. 7a. edição - Rio de Janeiro : Campus, 1989.

IANNI, Otavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 2ª. Edição, 1996.

LATOUCHE, Serge. *Justice sans limites - Le défi de l'éthique dans une économie mondialisée*, Paris: Fayard, 2003.

LATOUCHE, Serge. *La Mégamachine: Raison technoscientifique, raison économique et mythe du progrès*. Paris. 2004.

LATOUCHE, Serge. *Le Projet marxiste: Analyse économique et matérialisme historique*, Paris: PUF, 1975.

LATOUCHE, Serge. *Os perigos do mercado planetário*. Lisboa: Instituto Piaget, D.L. 1999.

LATOUCHE, Serge. *Survivre au développement: De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Paris: Mille et Une Nuits, 2004b.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190p.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974

LUXEMBURG, Rosa. *Introduction à l'économie politique*, Paris : Éditions Anthropos, 1970, 277. 1a edição 1925.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1 – O processo de produção do capital – Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 13ª edição, Prefácio da 2ª. edição, prefácio da edição inglesa.

MARX, Karl. *Textos filosóficos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MASSEY, Doreen. Space/power, identity/difference: tensions in the city, in: a Merrifield e E. Swyngedouw (orgs.). *The urbanization of injustice*. Londres: Lawrence and Wishart, 1996. 100-116p.

MASSEY, Doreen. The political place of locality studies, in *Space, place and gender*. Cambridge: Polity Press, 1994, 157-173p.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312p.

MORAES, Antônio Carlos Robert (ORG.) *Ratzel: Coleção Grandes Cientistas Sociais Nº59*, São Paulo, Ed. Ática S/A. 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1983.

PETROBRAS; MINERA. *Relatório Instalação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007.

- POGGIESSE, Hector & EGLER, Tamara Tania C. (orgs.) *Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justiça social y Gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. 220p.
- RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Paris: Economic, 1988.
- RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. *Encyclopædia Britannica*. 2010. Encyclopædia Britannica Online. 09 Dec. 2010 .
- RIBEIRO, Ana Clara Torres & SILVA, Catia Antonia. Impulsos Globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In RIBEIRO, Ana C. T. (orgs.) *E rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 56-68.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado” In Maria Adélia Aparecida de Souza (org) *Território brasileiro: usos e abusos*, São Paulo: Edições Territorial, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e Humanismo concreto: O mercado socialmente necessário, in Ribeiro et al. *Formas em crise: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: editora Arquimedes, 2005, p.93-111.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar el Estado Y la sociedad: desafios actuales*. LA PAZ: CLACSO, 2008.
- SANTOS, Milton et. al. *O papel ativo da Geografia: Manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Julho de 2000. 18p.
- SANTOS, Milton *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 176p
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982. 67 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 136p.
- DINIZ, C. C.. Questão Regional e Políticas Governamentais no Brasil. *Texto para discussão do Cedeplar*, São Paulo: CEDEPLAR, n. 159, 2008, 19 p. <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf>>.
- SAY, Jean-Baptiste. *A treatise on political economy; or The production, distribution, and consumption of wealth*. Philadelphia: Claxton, Remsen & Haffelfinger, 1880. Disponível por Batoche Books, Kitchener, Ontario, Canada, 2001. 269 p.
- SERPA, Angelo (orgs.). *Cidade popular: trama das relações sócio-espaciais*. Salvador:EDUFA, 2007. p. 304.
- SILVA, Catia A. da, RESENDE, Alberto T., SOUZA FILHO, Antonio M. *Projetos de modernização, Território Usado e Metrôpole do Rio de Janeiro: Tendências da reestruturação produtiva na Baía de Guanabara e seus impactos junto aos trabalhadores*

da pesca artesanal – desafios para a gestão urbana. Anais do XI Encuentro Internacional de Geocrítica. Buenos Aires. www.ub.es/geocrit. 2010. 15p

SILVA, Catia A. da. Modernização industrial, urbanização: novas tendências da metrópole do Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – espaço de socialização de coletivos. Porto Alegre, 2010. 13p .

SILVA, Catia Antonia da & CAMPOS, Andreilino (orgs.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan, 2008. 289p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na Teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

SOUZA, Maria Adélia A. (orgs.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003, 610p.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In Diniz, C. C.; Lemos, M. B (Eds.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 21-56.

STURZENEGGER, Federico & TOMMASI, Mariano. *The Political Economy of Reform*, MIT Press, 1998.

POULANTZAS, Nicos. O Estado o poder, o socialismo. 4ª ed. S CHRISTOFOLETTI, Antônio. PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA. São Paulo, Ed. DIFEL, 1982.

ZOAUAL, Hassan. Nova Economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A / Consulado Geral da França/ COPPER-UFRJ, 2006.

ⁱ comerciante realiza a atividade de compra em atacado do pescador e vende mais caro a outro comerciante (mercado de pescado, supermercado, feiras, restaurantes etc.).

ⁱⁱ Vale ressaltar também a existência de pescadores de rio e lagos existentes no interior do continente. Eles existem também no território fluminense, destacando-se na região do Rio Paraíba do Sul.